

VI Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política

ISCSP-UTL, Lisboa, 1 – 3 de Março de 2012

Secção 6: Relações Internacionais

Painel: Novos Paradigmas Securitários

Moderador: Prof. Doutor Manuel Filipe Canaveira

Oradores:

Raquel dos Santos Duque

Os desafios da Aviação Civil e a Segurança Internacional

Luís Elias

As Crises e a (In)Segurança num Mundo Complexo

Paulo Silvério

As Multinational Specialized Unit (MSU), nos Teatros de Operações em Crise

Maurino Évora e Suzano Costa

Que Regionalismo Securitário para a África Ocidental?

Carla Patrício

Segurança Energética da RPC: principais dilemas e estratégias

Resumo

A segurança é um tema recorrente nos debates de Relações Internacionais, desde logo pela dificuldade de alcançar uma definição consensual e objectiva do próprio conceito. O estudo da segurança foi tradicionalmente marcado pela análise estratégica direccionada para a segurança e defesa do Estado, e ameaças de carácter militar. Contudo, é a partir do final do século XX e em especial no século XXI, que se tem demonstrado a necessidade de uma reconceptualização do conceito formal de segurança e em particular da avaliação do impacto das recentes transformações no âmbito das relações internas e externas dos Estados.

Na actual sociedade internacional, a segurança tem vindo a ganhar evidente preponderância e os Estados operam em ambientes de grande complexidade face a diversos actores e identidades. Neste contexto, existe uma multiplicidade de elementos essenciais, nomeadamente ameaças, direccionadas a sectores de transportes e comunicação internacionais, dos quais a aviação civil faz parte; bem como novos teatros de operações militares. A emergência de crises na África Ocidental e os dilemas e estratégias relativas à segurança energética, fazem parte deste cenário. Importa, por isso, considerar estes fenómenos no quadro dos novos paradigmas securitários de forma a estimular academicamente um novo pensamento crítico.

Título da comunicação: Os desafios da Aviação Civil e a Segurança Internacional

Autor: Raquel dos Santos Duque

Instituição a que pertence e posição que nela ocupa

Observatório Político – Investigador Associado

FCSH – UNL – Doutoranda

Nota biográfica

Doutoranda em Ciência Política, na especialidade de Políticas Públicas, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL); mestre em Segurança Internacional e Terrorismo, pela Universidade de Nottingham (2009); licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais pela FCSH-UNL (2005).

Entre 2005 e 2008, consolidou a sua experiência profissional no Centro de Informação Europeia Jacques Delors; no Ministério dos Negócios Estrangeiros – Serviços Ásia e Oceânia; e na Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas, destacada para seguir os assuntos do Médio Oriente, durante a Presidência Portuguesa da União Europeia. É, desde 2010, investigadora do Observatório Político e membro do Conselho Editorial da Revista Portuguesa de Ciência Política. É auditora de Gestão Civil de Crises pelo Instituto da Defesa Nacional (2011) e bolseira de investigação da FCT (CAPP). É docente da disciplina de Ciência Política, no Mestrado Não Integrado, no Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna.

Resumo da comunicação

Os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 (11/9) acentuaram o debate em torno do conceito de segurança e da premência da transformação do aparelho do Estado para se adaptar aos desafios securitários. Desde a Paz de Vestefália, a segurança foi compreendida enquanto incumbência do Estado, sendo ameaçada predominantemente pelas forças armadas de outros Estados. No século XXI, as ameaças militares subsistem a par com outras ameaças que assumem um carácter imprevisível, não-militar, não-estatal, e sem uma base territorial fixa, como é o caso do terrorismo. Com o objectivo de tornar a aviação civil mais segura, a comunidade internacional tem desenvolvido diversos mecanismos para evitar a utilização deste sector como meio e alvo de actos terroristas. Por um lado, procedendo à internacionalização de regras, alargando as medidas de segurança ao maior número possível de países legitimando-as dessa mesma forma. Por outro lado, recorrendo à transferência crescente de competências legislativas e políticas para organismos europeus e internacionais. Esta comunicação propõe-se analisar a complexa rede de regulamentação anti-terrorismo na aviação civil resultante dos atentados de 11/9, fenómeno paradigmático que reposicionou na agenda política mundial o estudo do terrorismo e da segurança na aviação civil.

Título da comunicação: As Crises e a (In)Segurança num Mundo Complexo

Autor: Luís Manuel André Elias

Instituição a que pertence e posição que nela ocupa

Observatório Político – Investigador Associado

Polícia de Segurança Pública/Intendente/Chefe da Área Operacional do Comando Metropolitano de Lisboa

Nota biográfica

Intendente da Polícia de Segurança Pública; Docente no Curso de Mestrado não integrado em Ciências Policiais no ISCPSI; Doutorando em Ciência Política e Relações Internacionais, na Universidade Nova de Lisboa; Mestre em Ciência Política, no ISCSP; Licenciado em Ciências Policiais pelo ISCPSI; Curso de Direcção e Estratégia Policial (ISCPSI); Curso de Política Externa Nacional (Instituto Diplomático, MNE); Curso de Planeamento Estratégico para Missões de Polícia da União Europeia do Colégio Europeu de Polícia; Curso de Formação de Equipas de Resposta Cívica da U.E.; Curso de Comando para Gestão de Crises da U.E. do Colégio Europeu de Polícia; Chefe da Área Operacional do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP; Chefe da Delegação Portuguesa no Grupo de Cooperação Policial da U.E. na Presidência Portuguesa da U.E. em 2007; Segundo Comandante da Polícia da ONU em Timor-Leste (UNTAET e UNMISSET); Oficial de Operações no Quartel-General da Polícia da ONU na Bósnia-Herzegovina e formador na Academia de Polícia de Sarajevo (IPTF-UNMIBH).

Resumo da comunicação

Na sociedade contemporânea humanitária, tem-se vindo a assistir a uma reconceptualização dos conceitos de segurança. A segurança tem vindo a ser partilhada, co-produzida e “desestatizada”, gerando-se a convicção generalizada de que o conceito Weberiano de monopólio do uso legítimo da força por parte do Estado está em mutação, face a uma miríade de actores internacionais, nacionais e locais, privados e semi-privados que passaram também a fornecer segurança aos cidadãos e ao próprio Estado, nos níveis interno e supranacional, numa perspectiva concorrencial, complementar ou subsidiária. Apesar da ‘tradição’ vestfaliana de separação das dimensões interna e a externa, a segurança interna tem vindo a ser *externalizada* e a segurança externa a ser *internalizada*, de forma a fazer face a fenómenos como o terrorismo e a criminalidade organizada transnacional. Neste sentido, o conceito de segurança já não é matéria exclusiva da atenção dos Estados e perdeu a sua dimensão quase exclusivamente pública, nacional e *militar*. Abarca agora a actuação e o empenhamento de instituições públicas e privadas, da sociedade local, da sociedade civil, de organizações internacionais e das próprias redes sociais.

Título da comunicação: As Multinacional Specialized Unit (MSU), nos Teatros de Operações em Crise

Autor: Paulo Jorge Alves Silvério

Instituição a que pertence e posição que nela ocupa

Observatório Político – Investigador Associado

Guarda Nacional Republicana, com o Posto de Major

Nota biográfica

Licenciado em Ciências Militares, especialidade Guarda Nacional Republicana, pela Academia Militar; Licenciatura em Direito, pela Universidade Autónoma de Lisboa; Pós-graduação em Relações Internacionais, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Pós-graduação em Direito e Segurança, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa; Mestre em Direito e Segurança, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Cargos Profissionais desempenhados: Instrutor militar no Grupo de Treino Militar da Academia Militar; Comandante de pelotão de manutenção de ordem pública, no Batalhão Operacional da GNR; Comandante de pelotão da Rapid Response Unit – UNTAET – Timor Leste; Comandante do Destacamento Territorial da GNR, em Loures; Comandante do Subagrupamento ALFA, no teatro de operações do Iraque – Iraq Freedom; Assessor militar no Gabinete do Primeiro-Ministro; Assessor do General Comandante da GNR; 2º comandante do Grupo de Intervenção, de Proteção e Socorro da GNR; docente no Instituto de Estudos Superiores Militares.

Resumo da comunicação

A não-rara complexidade das relações entre os Estados, acrescida das inúmeras ameaças transnacionais (humanas e naturais) da cena internacional, aumenta significativamente a probabilidade da eclosão de crises. Estas abrangem um espectro alargado de cenários, desde a guerra até às operações de ajuda humanitária. O surgimento das Forças MSU na *Stabilization Force* na Bósnia (1998) e depois, na Albânia (1999), no Kosovo (1999) e no Iraque (2003) demonstrou que o seu empenhamento potencia e ajusta a resposta militar às necessidades dos Teatros de Operações, do Século XXI. São constituídas por Forças de polícia de natureza militar, de escalão Regimento ou Batalhão. As Forças MSU preenchem o denominado “*security gap*” entre o nível máximo de proficiência das Forças tipicamente militares e a posterior eficácia das polícias civis. O treino, equipamento e organização asseguram a necessária e importante interoperabilidade com as Forças Armadas. Aquelas Forças garantem a ubiquidade da justiça e velam pelo princípio da responsabilidade internacional (*jus cogens*), na juridicidade do Direito Internacional.

Título da comunicação: Os Desafios da Integração Securitária na África Ocidental

Autor: Maurino Évora

Instituição a que pertence e posição que nela ocupa

Doutorando da FCSH-UNL

Nota biográfica

Licenciado em Sociologia pela Universidade dos Açores, Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) e Doutorando em Relações Internacionais (especialidade em Estudos de Segurança e Estratégia) na mesma faculdade. Os seus interesses de investigação centram-se na área dos Estudos Segurança, particularmente a abordagem macro, no regionalismo securitário no âmbito da África Ocidental.

Co-autor: Suzano Costa

Instituição a que pertence e posição que nela ocupa

Observatório Político – Investigador Associado

Doutorando da FCSH-UNL

Nota biográfica

Investigador do Observatório Político da Universidade Nova de Lisboa (OP). Licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais pela FCSH-UNL, Pós-graduado em Política Comparada pelo ICS-UL, e Especialização em Eleições e Sistemas Eleitorais pelo IHC, Mestrado em Ciência Política pela FCSH-UNL, e Doutorando em Ciência Política (especialidade em Teoria e Análise Política) na FCSH-UNL, onde desenvolve investigação sobre o desempenho institucional e a qualidade da democracia em África. É Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), foi distinguido com o Prémio ‘Mérito e Excelência’ da FCSH-UNL [Mestrado], exerceu funções no Secretariado Executivo da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) e, actualmente, coordena o Ciclo de Tertúlias “Cabo Verde em Debate”

Resumo da comunicação

A CEDEAO figura-se entre as organizações intergovernamentais que se viram impelidas a reforçar a sua arquitectura securitária, após a queda do Muro de Berlim, um contexto que exigia uma profunda reformulação do conceito de segurança. Ora, o regionalismo securitário oeste-africano levanta algumas questões pertinentes, no quadro dos Estudos de Segurança: em primeiro lugar, em termos teóricos, que tipo de região é a África Ocidental? Em segundo lugar, a nível prático, partindo do pressuposto de que existe vontade política relativamente à construção da paz e segurança regionais, qual seria a melhor estratégia a perfilar? Mau grado haver uma tendência, no quadro

da elite política, a favor de uma estratégia de segurança colectiva *à la* OTAN, parece-nos que, sem prejuízo da valência da opção supracitada, uma abordagem securitária que se aproxima à da OSCE se revestiria de maior inteligibilidade, porquanto as raízes da instabilidade regional são fundamentalmente domésticas e, além disso, a escassez de recursos legitima acções descentralizadas, com especial saliência para os Estados mais frágeis. Uma concepção de segurança ancorada no estatocentrismo, como a que vigora actualmente na CEDEAO concorre, indubitavelmente, para a perpetuação da instabilidade regional.

Título da comunicação: Segurança Energética da RPC: principais dilemas e estratégias

Autor: Carla Patrício

Instituição a que pertence e posição que nela ocupa

Observatório Político – Investigador Associado

Professora no Departamento de Estudos Políticos da FSCH-UNL

Nota biográfica

Mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro e Doutoranda em Relações Internacionais na Universidade Nova de Lisboa, e Auditora de Defesa Nacional, pelo Instituto de Defesa Nacional. Desde 2006, é Conferencista do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde lecciona o Seminário Estudos Asiáticos, inserido no Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. É bolseira de investigação da FCT, com o tema «China Hoje – Relações Internacionais e Necessidades Energéticas: as Relações com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa». É Vogal da Direcção do Observatório da China, Presidente da Assembleia do Instituto Português de Sinologia, membro do Observatório Político, e membro honorífico do Centro de Estudos de Políticas e Estratégias Nacionais – General Carlos de Meira Mattos. Publicou artigos e capítulos de livros sobre Segurança Energética, Recursos naturais e Conflitualidade e à República Popular da China.

Resumo da comunicação

O Verão de 2010 foi assinalado por dois acontecimentos importantes para China. O primeiro, a 10 de Julho, quando a Agência Internacional de Energia revelou que o país era o maior consumidor mundial de energia, pondo fim à liderança que os EUA vinham exercendo há mais de cem anos. O segundo, a 16 de Agosto, quando ultrapassou o Japão na sub-liderança da economia mundial. Desde a abertura económica no final da década de 1970, a economia chinesa tem crescido a um ritmo de cerca de 10% ao ano. A expansão rápida da economia levou a um crescimento acelerado e contínuo de energia, que não foi acompanhado pela produção doméstica, aumentando a vulnerabilidade estratégicas do país a nível da dependência das importações de energia. Assegurar fornecimentos suficientes de energia a preços acessíveis e sem disrupções significantes é crucial para o crescimento económico, e para a estabilidade política e social da China. Nesta apresentação pretendemos analisar os principais dilemas da segurança energética chinesa. Iremos iniciar com uma caracterização do panorama energético, analisando posteriormente os principais riscos e ameaças que podem afectar a segurança energética da RPC. Serão também apresentadas e analisadas as estratégias adaptadas pelos líderes chineses para diminuir a insegurança energética.